



O Novo Desenvolvimentismo no Brasil: principais argumentos e uma leitura crítica

Arthur Osvaldo Colombo

Mestre Teoria Econômica pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Diego Gonçalves Favorato

Mestre Teoria Econômica pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Ednilson Silva Felipe

Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar as principais contribuições a respeito da vertente de pensamento denominada de novo desenvolvimentismo no Brasil. A partir disso, foram observadas as recomendações para enfrentar o problema de baixo crescimento econômico, ocasionado principalmente pelo processo de desindustrialização. Não obstante, buscou-se fazer uma crítica construtiva da teoria além de algumas sugestões, para que futuros trabalhos adicionem variáveis remanescentes, buscando análises mais detalhadas a respeito da desindustrialização brasileira.

Palavras-chave: Novo desenvolvimentismo; Desindustrialização; Doença Holandesa; Economia Brasileira

Classificação JEL: 020

Abstract

This article aims to present the main contributions regarding the strand of thought called new developmentalism in Brazil. From this, recommendations were observed to face the problem of low economic growth, caused mainly by the process of deindustrialization. Nevertheless, we tried to make a constructive criticism of the theory, in addition to some suggestions, so that future works may add remaining variables, seeking more detailed analyzes regarding Brazilian deindustrialization.

Keywords: New Developmentalism; Deindustrialization; Dutch Disease; Brazilian Economy.

1. Introdução

Desde meados da década de 1980, a economia brasileira se encontra semi-estagnada. O baixo crescimento e a ausência um projeto nacional para contemplar o desenvolvimento econômico da nação parecem ser as características marcantes do Brasil nos últimos 40 anos (BRESSER-PEREIRA, 2018, p. 90). A desindustrialização teria se iniciado no Brasil a partir da década de 1980 e se espalhado por várias regiões brasileiras, sendo um processo que perdura até os dias de hoje. O presente artigo busca sintetizar os principais argumentos, assim como abordar as limitações de uma das principais vertentes de pensamento que tem estudado o fraco desempenho econômico brasileiro nas últimas décadas, tendo como principal causa a desindustrialização. Esta corrente teórica já apresenta um respeitado reconhecimento dentre os pesquisadores brasileiros e ficou conhecida como novo desenvolvimentismo. Assim, esse artigo apresenta os principais conceitos presentes nesta teoria, tais como o de 'doença holandesa' e a necessidade de alocação de preços macroeconômicos em patamares que estimulem a produção da indústria de transformação nacional (OREIRO, 2016, p. 149) e também levanta algumas críticas as essas proposições.

Ao longo deste trabalho conclui-se que o novo desenvolvimentismo aborda pontos-chave para a retomada do desenvolvimento econômico e traz elementos importantes no combate ao severo processo de desindustrialização brasileiro. No entanto, algumas críticas de caráter construtivo serão elaboradas, no sentido de apontar algumas limitações teóricas desta vertente de pensamento, principalmente a respeito do processo de desindustrialização, haja vista que esta teoria aborda principalmente aspectos macroeconômicos, o que acaba por generalizar, de maneira exagerada, a análise a respeito da indústria de transformação nacional. A partir disso, algumas sugestões para futuros trabalhos são levantadas com o intuito de enriquecer o debate a respeito da indústria brasileira, que ao longo das últimas décadas passou por vários revezes, apresentando características das mais complexas e com diferenças setoriais (FELIPE; COLOMBO; SAMPAIO; 2019, p. 19).

Além desta introdução, o artigo é composto por quatro seções e a conclusão. Na primeira seção será elaborada uma breve recuperação histórica sobre os dois períodos: 1930-1980 e 1980 até o período recente. A segunda seção apresenta, de maneira sintética, o principal conceito dentro do novo desenvolvimentismo, ou seja, a falha de mercado denominada de doença holandesa. Já a terceira seção busca resumir os principais pontos abordados dentro do pensamento novo-desenvolvimentista. Na quarta seção será elaborada uma crítica construtiva a respeito desta teoria, buscando enaltecer os pontos de grande importância abordados, mas, ao mesmo tempo, apontar suas limitações para analisar o caso brasileiro e, por último, uma quinta seção onde constará a conclusão do trabalho.

2. O Desenvolvimento adormecido

No período compreendido entre as décadas de 1930 e 1980, o Brasil experimentou transformações estruturais extraordinárias. Com um planejamento de longo prazo que possuía como pilar central a industrialização, o país passou por um forte processo de sofisticação de sua estrutura produtiva. Segundo Oreiro (2016, p. 12-13), o crescimento robusto da indústria de transformação é uma condição impreterível para o crescimento da economia a taxas elevadas, justamente porque é na manufatura em que se encontra com maior intensidade os retornos crescentes de escala, isto é, existe uma relação estrutural entre o aumento da produtividade do trabalho e a taxa de crescimento da produção industrial. Não é por acaso que a taxa de crescimento per capita em média, no período em questão, foi de uma média de 3,4% ao ano.

Para base de comparação, podemos citar os seguintes dados: em 1950 a renda média por habitante no Brasil era aproximadamente cinco vezes menor do que a renda média por habitante nos Estados Unidos; já em 1980, a renda média americana era apenas 2,68 vezes maior que a brasileira. Portanto, o processo que buscava a sofisticação da estrutura produtiva nacional por meio da industrialização obteve resultados que podem ser considerados, no mínimo, satisfatórios (BRESSER-PEREIRA, 2018, p. 9-10). A indústria de transformação nacional chegou a obter patamar de competitividade elevado no cenário global: em 1965, apenas 6% das exportações brasileiras advinham da indústria de transformação; já em 1985, esta participação saltou para incríveis 65%. Além disso, até início de 1980, o parque industrial brasileiro era maior que o da China, Índia e Coreia do Sul, somados (BRESSER-PEREIRA, 2015, p. 108; MORCEIRO, 2018, p. 16).

No entanto, o período seguinte foi marcado justamente por uma situação oposta. Entre 1980-2020 a taxa de crescimento per capita em média foi de apenas 0,6%, ou seja, um desempenho pífio se comparado ao anteriormente citado.¹ Em 2018, o parque industrial chinês foi 13,6 vezes maior que o brasileiro, o indiano duas vezes e o coreano 60% maior (MORCEIRO, 2018). As últimas décadas ficaram marcadas pela desindustrialização e pela brutal perda de participação da indústria de transformação no PIB. Segundo a ótica novo-desenvolvimentista (que será apresentada e analisada neste artigo), diversos foram os fatores que contribuíram para esta mudança de cenário. Nas próximas seções eles serão apresentados e enfatizaremos o maior deles, a chamada doença holandesa.

Durante a década de 1980, iniciou-se um processo revés para o desenvolvimento econômico brasileiro denominado de crise da dívida externa. Boa parte dos empréstimos contraídos pelo regime militar que financiaram a implantação do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND-II) foi obtida através de taxa de juros flutuantes e prazos relativamente curtos. Em 1979 ocorreu o chamado “choque Volcker”, que mudaria exponencialmente a amortização e rolagem da dívida. Paul Volcker,

1 Dado de 2020: Previsão do Boletim Focus de junho de 2020.



presidente do Banco Central norte-americano, ordenou uma abrupta elevação nas taxas de juros, saindo da média 12,88% para 20,18% ao ano. Esse feito provocou alterações até mesmo na Libor londrina que teve um salto de 12,27% para 18,03% ao ano. Com isso, a dívida externa brasileira aumentou de maneira substancial, o que, somado ao segundo choque do petróleo, provocou um período marcado pela hiperinflação (de caráter inercial²) e por um desajuste nas contas externas. Esta situação, que minava o desenvolvimento da indústria de transformação, perdurou até meados da década subsequente (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 170).

Na década de 1990, a situação de hiperinflação foi controlada através do Plano Real que, após um período marcado por alterações estratosféricas no nível de preços, finalmente trouxe um ambiente no qual o desenvolvimento poderia ser pensado e planejado novamente. No entanto, isso não ocorreu de fato. Tornou-se um consenso dentre os formuladores de política econômica que o Brasil deveria seguir o que é denominado de ortodoxia liberal. Nas palavras de Bresser-Pereira (2018):

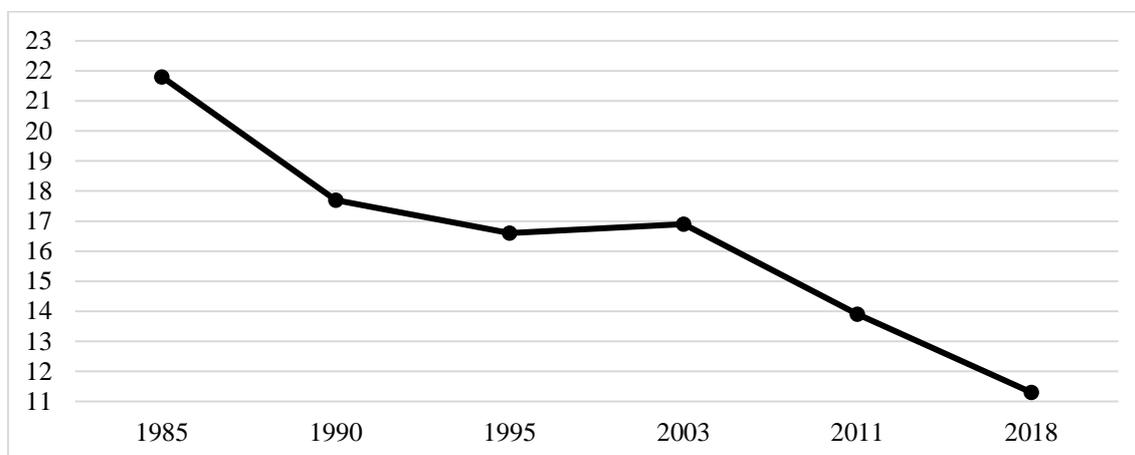
A ortodoxia liberal, por sua vez, é o conjunto de reformas, instituições e políticas econômicas neoliberais que derivam da teoria neoclássica. As reformas, que propõem visam tirar o Estado da economia: as privatizações, a liberação comercial, a desregulação financeira, a autonomia do banco central, a autonomia das agências reguladoras encarregadas de regular os setores não competitivos da economia que foram privatizados. As políticas econômicas são apenas duas: manter a dívida pública sob controle realizando superávit primário suficientemente alto para esse fim, e uma política de metas para inflação, além, naturalmente, da política de deixar a taxa de câmbio completamente livre (BRESSER-PEREIRA, 2018, p. 36-37).

Mesmo com a estabilidade de preços já alcançada, as políticas de cunho neoclássico, que se embasavam praticamente em sua totalidade na cartilha do Consenso de Washington³, foram adotadas como um mantra no Brasil. Elas valorizavam um modelo de inspiração neoclássica, em que o Estado devia promover contas fiscais saneadas e inflação baixa, intervindo o mínimo possível na economia. Esta escolha de política econômica foi um dos principais fatores para o que o Brasil entrasse em um forte processo de desindustrialização como sugere o **Gráfico 1**:

2 Para uma melhor compreensão do conceito de inflação inercial, ver BRESSER-PEREIRA, 2010.

3 O Consenso de Washington foi uma estratégia de conduta política e econômica elaborada em 1989. As principais recomendações eram que os países deveriam apresentar sanidade fiscal, abdicar de medidas protecionistas e reduzir ao máximo o papel do Estado da economia. Com isso as nações em desenvolvimento poderiam evitar as crises econômicas que até então eram recorrentes na década de 1980 (BRESSER-PEREIRA, 2003, p. 15).

Gráfico 1: Participação da Indústria de Transformação Brasileira no PIB (%)



Fonte: IBGE. Metodologia: Bonelli & Pessoa, 2010. Elaboração Própria

Através do **Gráfico 1** podemos observar a queda acentuada da participação da indústria de transformação no PIB brasileiro. O valor que era de aproximadamente 22% em 1985 sofreu duras e sucessivas quedas ao longo dos anos se encontrando na casa dos 11% em 2018, isto é, uma queda de aproximadamente 50%. Segundo a teoria do novo-desenvolvimentismo, esta forte trajetória de desindustrialização apresentado pelo Brasil apresenta explicação preponderantemente na vertente denominada doença holandesa (OREIRO; FEIJÓ, 2010 p. 231; OREIRO; MARCONI, 2016, p. 169; BRESSER-PEREIRA, 2018 p. 48).

3. A desindustrialização no Brasil como consequência da doença holandesa

Os principais pensadores do novo desenvolvimentismo no Brasil (Bresser Pereira, José Oreiro e Nelson Marconi)⁴ enfatizam que o Brasil, há décadas, passa por um processo de desindustrialização e a principal causa para o processo é a chamada doença holandesa. Este fenômeno foi debatido na década de 1960 na Holanda, onde uma imensa reserva de gás natural foi descoberta e o país preferiu a exportação deste produto de baixo valor agregado devido a sua facilidade de produção em relação a produtos manufaturados. Como consequência, o país apresentou uma significativa apreciação cambial e a indústria de manufaturados foi seriamente ameaçada, quase sendo destruída, situação que levou à criação e difusão do termo dutch disease, utilizado pela primeira vez na revista *The Economist*. Como explica Gala (2017):

⁴ Esses autores foram considerados os principais integrantes do novo-desenvolvimentismo por apresentarem o maior número de trabalhos sobre essa temática.



Na Holanda, a descoberta do gigantesco campo de gás de Groningen (o maior da Europa), no final da década de 1960, teria trazido problemas para o setor manufatureiro, atrapalhando a dinâmica de crescimento do país, segundo a ampla literatura econômica sobre o tema nas décadas de 1970 e de 1980. A revista inglesa *The Economist* inventou o termo “doença holandesa” no final da década de 1970 (GALA, 2017, p. 44).

Os integrantes do novo desenvolvimentismo adaptaram o acontecimento holandês para o Brasil, afirmando que a doença holandesa é definida como uma falha de mercado que atinge diversas nações em fase de desenvolvimento, como o Brasil, que se apresenta como um país rico em recursos naturais e opta por exportá-lo antes de um significativo processo de transformação industrial sobre o produto⁵. Na explicação de Bresser-Pereira (2018):

A doença holandesa é a sobreapreciação de longo prazo da taxa de câmbio causada pela exportação de commodities que, devido a rendas ricardianas ou diferenciais e/ou a um boom de preços de commodities, podem ser exportadas com lucro a uma taxa de câmbio substancialmente mais apreciada do que aquela que torna competitivas as empresas industriais que utilizam tecnologia no estado da arte mundial [...] como as commodities se beneficiam de recursos naturais abundantes e baratos e, em certas ocasiões, de booms de commodities, elas podem ser exportadas com lucro a uma taxa de câmbio substancialmente mais apreciada do que aquela que é necessária para as empresas industriais (BRESSER-PEREIRA, 2018, p. 48-49).

Isto é, a doença holandesa traz consigo a sobreapreciação permanente da taxa de câmbio no país, o que gera uma desvantagem para os produtos manufaturados que, ao contrário das commodities, podem obter um nível elevado de competitividade mesmo com uma taxa de câmbio sobrevalorizada (justamente como demonstrou o caso brasileiro em meados da década de 2000). Em outras palavras, em países que sofrem da doença holandesa a taxa de câmbio de equilíbrio industrial é superior àquela que produz o equilíbrio do Balanço de Pagamentos. Os produtos manufaturados, para ganhar competitividade, necessitam de uma taxa de câmbio em um patamar significativamente desvalorizada. Ou seja, as commodities apresentam uma característica diferenciada em meio aos bens tradables: dependem de recursos naturais abundantes e baratos, têm seus lucros influenciados muito mais pelo seu preço no mercado internacional do que pela taxa de câmbio e, mesmo por isso, apresentam significativa facilidade de competição quando comparadas com bens industriais.

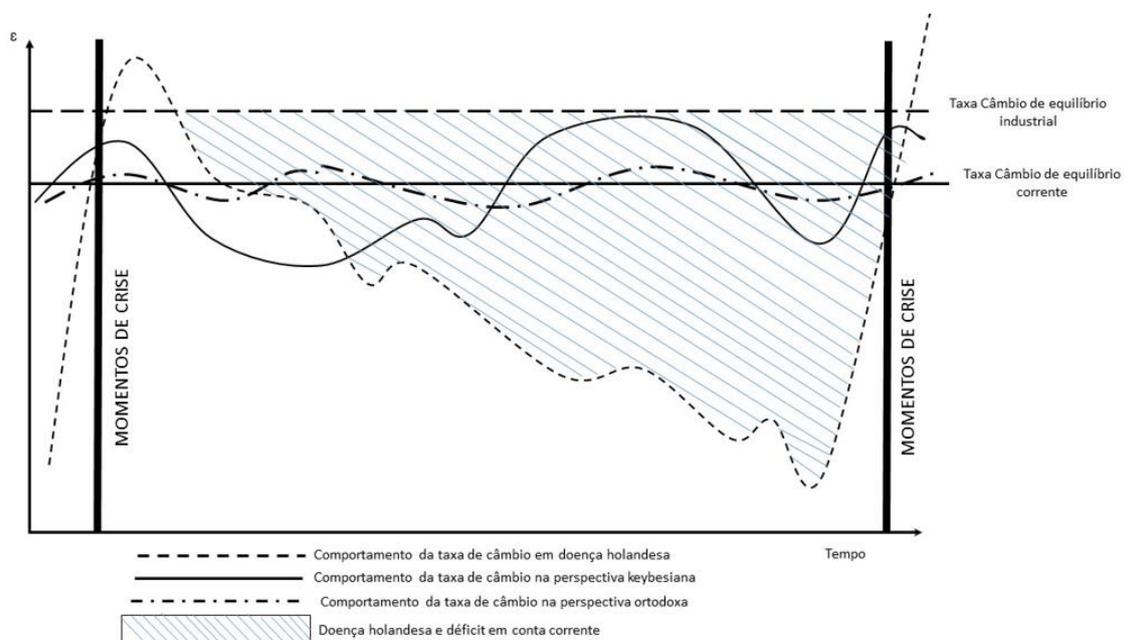
Desta maneira é possível uma situação em que as variáveis preço dos produtos industriais, preço das commodities e a taxa real de câmbio efetiva estejam completamente desalinhadas,

5 Levando em consideração o Atlas da complexidade elaborado por Hausmann et al (2011), Paulo Gala considera que a doença holandesa pode ser interpretada como perda de complexidade econômica ou queda do índice de complexidade (ECI), na medida em que a os produtos advindos da indústria de transformação permitem a um país atingir maiores níveis de complexidade em relação a sua produção. Embora com uma sutil distinção é algo que se aproxima tanto da definição quanto da interpretação de doença holandesa utilizada pelo novo-desenvolvimentismo (GALA, 2017, p. 46).

podendo até apresentarem comportamento inversamente proporcional entre elas. Isto é, mesmo em situações de câmbio sobrevalorizado, um determinado país ainda permanece competitivo no segmento de recursos naturais, justamente porque, como já mencionado, os lucros dos setores baseados em exportações de commodities permanece alto já que estão muito mais atrelados ao seu preço no mercado internacional do que na taxa de câmbio⁶ (BRESSER-PEREIRA, 2015, p. 101; VERÍSSIMO; GOMES DA SILVA, 2013, p. 788-789).

Observando o Gráfico 2 é possível notar, de maneira clara, como se comporta a taxa de câmbio ao longo do tempo em um país que sofre com esta falha de mercado:

Gráfico 2: Evolução da Taxa de Câmbio em um País com Doença Holandesa



Fonte: Adaptação de Bresser-Pereira, 2010, p.70.

No eixo das abcissas está representada a variável tempo, enquanto no eixo das ordenadas está a taxa real de câmbio. Segundo a análise de Bresser Pereira (2010), a teoria ortodoxa afirma que se o governo não intervier no câmbio e o deixar flutuar livremente ao longo do tempo, o mesmo permanecerá próximo a um valor que equilibre as transações correntes do país, que apresentarão resultado líquido zero. Esta concepção está representada pela linha com pontos e pontilhados no **Gráfico 2**. A concepção pós-keynesiana adere à hipótese de que existe forte incerteza nos mercados

⁶ Veríssimo e Gomes da Silva (2013) analisam com um maior nível de detalhamento ambas as variáveis no período compreendido entre 2000-2010 obtendo resultados que levam a concluir que neste período, a economia brasileira ficou fortemente marcada pela presença de doença holandesa.



e que, devido a isso, o câmbio apresenta comportamento volátil e nada garante que no longo prazo atinja, em média, um valor que equilibre as transações correntes, concepção esta representada pela linha contínua no **Gráfico 2**. Na visão de Bresser Pereira (2010), em uma economia que sofre de doença holandesa, a situação é diferente das duas descritas anteriormente: se o câmbio não sofrer nenhuma coerção por parte do governo, este tende a se apreciar no longo prazo e sofrerá de fortes e abruptas depreciações em períodos de crise, devido à fuga de capitais, conforme linha pontilhada no **Gráfico 2**.

Nesta concepção, representada pela área hachurada em azul no **Gráfico 2**, o que dita o ritmo da evolução do câmbio são as crises de balanço de pagamentos. É possível constatar que um país que sofre de doença holandesa apresenta a seguinte trajetória: em períodos em que os preços de commodities apresentem viés de alta, o país cresce via exportações e alcança estabilidade nos preços (baixa inflação), devido à grande entrada de divisas, o que promove valorização cambial. O problema é quando o movimento oposto ocorre: o preço das commodities arrefece e traz consigo uma situação de estagflação, ou seja, baixo crescimento e inflação persistente.

Embora o **Gráfico 2** demonstre os equilíbrios em conta corrente e industrial pelas linhas horizontais pontilhadas e contínua, respectivamente - portanto constantes - em uma análise mais recente, Bresser-Pereira (2018, p. 49-50) afirma que esses equilíbrios podem variar ao longo do tempo. A taxa de câmbio de equilíbrio industrial muda de acordo com a relação salário/produtividade⁷, isto é, de acordo com o custo unitário do trabalho de um determinado país em relação aos seus parceiros comerciais. Portanto, a taxa de câmbio de equilíbrio industrial é aquela que apresenta o custo unitário do trabalho na economia local com o mesmo custo nos outros países. Não obstante, a taxa de câmbio de equilíbrio corrente varia devido a alteração no patamar de preços das commodities. Esta análise enfatiza que ambos os equilíbrios são afetados e, portanto, dependem do custo unitário do trabalho e da relação dos termos de troca. No entanto, é necessário frisar que no caso dos bens industriais, o custo unitário do trabalho tem um peso muito maior do que a mudança no nível de preços da economia como um todo, marcando a forte diferença com as commodities.

Graficamente, a doença holandesa de determinado país nada mais é do que a diferença entre a taxa de câmbio de equilíbrio corrente e a taxa de câmbio de equilíbrio industrial. Nesta concepção, se acontecer do custo unitário do trabalho se elevar, ocorrerá um aumento do valor da moeda estrangeira e assim, para estancar o processo de doença holandesa, a taxa de câmbio deveria se desvalorizar na mesma magnitude (BRESSER-PEREIRA, 2018, p. 48; BRESSER-PEREIRA, 2015, p. 113).

7 A título de ilustração, no segundo trimestre de 2015 a taxa de câmbio nominal que apresentava o patamar de equilíbrio industrial no Brasil era de R\$ 3,60 por dólar (BRESSER-PEREIRA, 2018, p. 146).

A partir desta interpretação, é notável que quanto maior for a diferença entre a taxa de câmbio de equilíbrio industrial e a taxa de câmbio de equilíbrio corrente, maior será e gravidade/intensidade da doença holandesa, diferença diretamente afetada pelas duas variáveis listadas anteriormente, o custo unitário do trabalho e o preço internacional das commodities; isto é, quando se alteram essas duas variáveis, a “renda ricardiana” também se altera. Portanto, a doença holandesa pode apresentar níveis de severidade distintos nos países. Os países em que ela é mais grave são aqueles abundantes em determinados recursos, como, por exemplo, o petróleo, casos observados na Arábia Saudita e Venezuela. Todavia, em países como o Brasil a intensidade da doença holandesa é mais moderada principalmente pelas vantagens na produção de commodities agrícolas e minerais (BRESSER-PEREIRA, 2009, p. 2; BRESSER-PEREIRA, 2015, p. 107).

Justamente para evitar esta volatilidade no crescimento ao longo do tempo e para que o processo de desindustrialização vivido pelo Brasil seja interrompido, a vertente de pensamento do novo desenvolvimentismo recomenda que o governo atue com uma política cambial de tal maneira que proporcione competitividade para a indústria em um cenário internacional. De modo que um método relativamente comum e exequível para a neutralização da doença holandesa seria a utilização de taxas múltiplas de câmbio:

Para eliminar a desvantagem competitiva resultante da doença holandesa é preciso neutralizá-la, elevando (tornando mais depreciado) o equilíbrio corrente até ele se igualar ao equilíbrio industrial. Logrado esse objetivo, além da desvantagem competitiva desaparecer, há outra consequência importante: o país realizará um superávit em conta-corrente (BRESSER-PEREIRA, 2018, p. 50)⁸.

Alocando a taxa de câmbio no patamar de equilíbrio industrial como apresentado no Gráfico 2, a doença holandesa seria neutralizada ao mesmo passo em que se abriria um cenário mais favorável para a produção de bens manufaturados com destino à exportação. Uma taxa de câmbio estipulada em um patamar mais apreciado do que esse pode trazer duras consequências para as unidades industriais nacionais:

Uma taxa de câmbio apreciada interrompe o acesso das empresas ao mercado doméstico porque mesmo as empresas mais eficientes não conseguem competir com os importadores que colocam seus produtos a um preço artificialmente mais barato – quando cotado na moeda nacional - no mercado interno, e os exportadores não conseguem uma receita em reais adequada que os estimule a vender no exterior, mantido o preço constante na moeda estrangeira (MARCONI, 2019, p. 20).

Além de manipulação do câmbio visando neutralizar a doença holandesa, é observada outra possibilidade para atingir este objetivo: a criação de um imposto que onere a exportação de commodities. Este imposto teria como objetivo o auxílio no controle do câmbio (já que estes produtos

⁸ A análise, assim como os valores anuais em conta corrente do Brasil serão apresentados na próxima seção deste artigo.

são competitivos mesmo com um câmbio mais apreciado) e, no longo prazo, incentivar a produção de manufaturas em detrimento de produtos com menor valor agregado.

Ainda que à época a discussão não pairasse sobre o fenômeno da doença holandesa, um mecanismo semelhante foi utilizado pelo governo brasileiro que neutralizava a apreciação cambial (e, portando, doença holandesa) entre as décadas de 1930 e 1990. Bresser-Pereira (2015, p. 108) denominou este como “mecanismo Delfim Netto”. Este nome foi dado porque a partir de 1967 o então ministro da Fazenda, Antônio Delfim Netto, adotou a prática de uma elevada tarifa aduaneira para a importação de manufaturados, por volta de 45%. Não obstante, também eram praticados subsídios para a exportação de bens manufaturados na mesma casa dos 45%, assim “escondia-se” o imposto para exportação de commodities (BRESSER-PEREIRA, 2015, p. 108).⁹

Diversas nações com suas respectivas indústrias ainda incipientes usaram desses artifícios, que se utilizados apenas para neutralizar a doença holandesa não corresponderia mais do que uma medida completamente justa; no entanto, se passasse de certo ponto, poderia ser considerada protecionista. Embora eficiente, os subsídios para exportação e as tarifas para a importação de produtos manufaturados não são consideradas medidas exequíveis atualmente:

Hoje os subsídios estão proibidos pela Organização Mundial do Comércio (OMC), mas há uma forma relativamente simples e elegante de substituir tarifas e subsídios. Trata-se de criar para cada commodity que origina a doença holandesa um imposto ou retenção sobre a exportação de commodities que seja variável de acordo com as variações de seu preço [...] Em consequência da retenção, ocorre redução da oferta, a taxa de câmbio se se deprecia correspondentemente, e se restabelece o equilíbrio entre a oferta e procura pela commodity em relação a taxa de câmbio (BRESSER-PEREIRA, 2018, p. 52).

Mesmo que em um primeiro momento a instituição de um imposto desse tipo faça parecer que os produtores de commodities estejam arcando com despesas para financiar a produção dos empresários da indústria de transformação, a análise é de que todo este imposto retornaria para o empresário produtor de commodities pela via cambial. Para os membros do novo desenvolvimentismo, a doença holandesa é a principal causa de desindustrialização no Brasil. Na próxima seção deste artigo, esta vertente de pensamento será apresentada de maneira mais detalhada, buscando apresentar quais são as possíveis saídas para a desindustrialização brasileira à luz desta teoria.

⁹ Embora na realidade os exportadores não pagassem nada diretamente, existia um imposto que correspondia a 31% (45/145) do preço das commodities o que eles acusavam de ser uma espécie de “confisco cambial” (BRESSER-PEREIRA, 2015, p. 108).

4. O novo desenvolvimentismo

A teoria novo desenvolvimentista teve início no Brasil através das concepções trazidas pelo professor Luís Carlos Bresser-Pereira, que se apresenta como um pensamento radicalmente avesso ao liberalismo econômico de origem neoclássica, pois, segundo esta concepção, ela é incompatível para o desenvolvimento de uma economia de renda média como a brasileira. Com inspiração no pós-keynesianismo (também se apresenta como uma das vertentes existentes desta) e no desenvolvimentismo clássico, o novo desenvolvimentismo é uma espécie de “guia”, trazendo um possível direcionamento por meio de uma série de reformas institucionais e orientação para variáveis macroeconômicas.

Essas orientações se apresentam como ideais para que um país emergente como o Brasil trilhe uma trajetória de crescimento buscando atingir, no médio prazo, um nível de desenvolvimento e renda per capita semelhante ao das nações consideradas desenvolvidas. Como base central, esta teoria tem como referência um modelo de crescimento do tipo export-led, no qual o principal motor da economia seria as exportações, particularmente a de manufaturados, auxiliando, como consequência, a adoção de progresso tecnológico na indústria nacional.

A taxa de câmbio é a principal variável para o sucesso deste modelo e, sendo assim, o governo deve mantê-la em um nível que torne a indústria competitiva no cenário internacional. Ou seja, medidas devem ser constantemente tomadas para que uma taxa real de câmbio competitiva possa ser mantida, no médio e longo prazo, de forma a incentivar a indústria de transformação. Além disso, o governo deve apresentar suas contas saneadas de maneira intertemporal, apresentando, no longo prazo, um déficit fiscal zero. Assim, em momentos em que a economia se encontra em crise, o governo pode atuar de maneira ativa através da expansão dos gastos públicos para impulsionar a retomada do crescimento e diminuir a amplitude do ciclo econômico (política fiscal expansionista). Já em momentos de crescimento, obter superávits, de um modo que, no longo prazo, a condição de déficit fiscal igual a zero seja satisfeita. Com isto, é criada uma situação na qual é possível o Estado investir de maneira sustentável.

O salário também é uma variável que apresenta importância. A política salarial deve ser orientada de maneira que os salários sejam corrigidos pela inflação, acrescidos da produtividade do trabalho. Isto proporcionaria (junto com a política fiscal citada anteriormente) um ambiente macroeconômico marcado pela estabilidade de preços e favorável à distribuição funcional da renda no longo prazo, sobrando espaço para o Banco Central praticar uma política monetária de juros baixos, estimulando, também no longo prazo, o crescimento econômico.

A partir disso, é possível concluir que a alocação dos cinco preços macroeconômicos (juros, câmbio, fiscal, salários e inflação) no patamar ideal apresenta sumária importância para o novo

desenvolvimentismo; a ausência desse alinhamento impede o desenvolvimento econômico e não permite a reversão do atual quadro de desindustrialização:

Sem uma política fiscal que mantenha o endividamento público estável e em nível confortável, sem um nível relativamente baixo da taxa de juros em torno do qual o Banco Central realiza sua política, sem uma taxa de câmbio que torne competitivas as empresas que utilizam a melhor tecnologia disponível, sem um salário médio que cresça com a produtividade, sem uma taxa de lucro satisfatória para as boas empresas industriais, e sem uma taxa de inflação baixa, as empresas não investirão e a economia brasileira não crescerá (BRESSER-PEREIRA, 2018, p. 26-27).

Satisfeitas todas as condições citadas, o Estado proporcionaria um ambiente favorável para as empresas, fomentando, de maneira sustentável, o investimento privado, auxiliado de um investimento público em infraestrutura.

Mas vale dizer que os formulares do novo desenvolvimentismo afirmam que essas proposições não são compatíveis com o crescimento estimulado através de déficit público, protecionismo e o antigo modelo cepalino de substituição de importações¹⁰. Tais modelos não têm serventia ou até mesmo são equivocados para incentivar a indústria de transformação brasileira, como expressa Oreiro (2016):

[...] dessa forma o modelo de desenvolvimento que esses países adotaram na fase inicial do seu processo de industrialização, o qual era baseado na substituição de importações se esgotou no início da década de 1970 [...] O novo desenvolvimentismo não é protecionista. Como a fase de indústria infante foi superada, as empresas dos países de renda média devem ser competitivas em todos os setores industriais aos que se dedicarem, devendo inclusive ser competitivas o suficiente para exportar (OREIRO 2016, p.149).

Nassif (2018, não p.) apresenta uma análise compatível ao novo desenvolvimentismo e avança atentando-se especialmente para a diferença entre os conceitos das variáveis nível de abertura comercial e nível de proteção comercial. Segundo o autor, o nível de proteção comercial está diretamente ligado à proporção das tarifas sobre os produtos importados, ou seja, se um país tiver suas tarifas aplicadas aos produtos importados em um patamar acima da média que é praticada em outros países, considera-se então uma economia fechada. Já o nível de abertura comercial está ligado a indicadores como participação das exportações e das importações de bens e serviços em relação ao PIB. Ou seja, se esses indicadores apresentarem um patamar menor do que em outras nações, a nação tem um baixo nível de abertura comercial, sendo uma nação “fechada”. Baseado nestes indicadores¹¹, o autor conclui que o Brasil, de fato, não é um país muito protegido, como fica claro no trecho a seguir:

¹⁰ O modelo utilizado em um período passado (durante a industrialização) de substituição de importações seria alterado por uma “promoção às exportações”.

¹¹ Para observar na íntegra o valor dos indicadores analisados pelo autor, ver Nassif (2018).



Entretanto, não se pode afirmar que o Brasil é extremamente protegido, uma vez que a tarifa média incidente sobre os produtos importados é inferior à da Índia, um país em desenvolvimento similar, e à da Coreia do Sul, um país desenvolvido. E o desvio-padrão, relativamente baixo, só é superior ao da China, indicando reduzida dispersão das demais linhas tarifárias em relação à tarifa média aplicada. (NASSIF, 2018, não p.)

Entretanto, é possível afirmar que o Brasil ainda é uma nação relativamente fechada e sugere uma nova rodada de abertura comercial de maneira unilateral. Deste modo, a partir de uma nova rodada de abertura, ocorreria uma espécie de choque de competitividade entre a indústria nacional e a internacional impulsionando o crescimento da produtividade agregada do setor no país, que se encontra estagnada há duas décadas.

Contudo, o autor argumenta que aumentar o grau de abertura comercial em um momento em que a taxa de câmbio se encontra valorizada (abaixo do nível de equilíbrio) é uma medida, no mínimo, ineficiente:

É preciso ressaltar, porém, que tanto programas de liberalização comercial como políticas industriais voltadas para acelerar o desenvolvimento econômico só são eficazes se, e somente se, a moeda brasileira não estiver sobrevalorizada em relação a uma cesta de moedas de parceiros relevantes. Como mostra a experiência internacional, liberalização com liberalização comercial e política industrial eficientes dependem de que a taxa de câmbio real seja mantida ligeiramente subvalorizada e em níveis estáveis. (NASSIF, 2018, n. paginado).

Portanto, na estratégia que se baseia o novo desenvolvimentismo, as técnicas protecionistas clássicas são desnecessárias. Os principais pontos podem ser resumidos em dois grandes eixos, como conclui Oreiro (2016):

O primeiro [...] a adoção de regime cambial que garanta um câmbio competitivo [...], a existência de infraestrutura adequada para as necessidades das empresas, principalmente para a exportação...incentivos para a realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias e qualificação da mão de obra [...] O segundo aumento da poupança do setor público [...] aumento (significativo) dos investimentos públicos em infraestrutura, aumento dos gastos em educação primária e secundária, juntamente com aumento dos gastos na formação técnica industrial e serviços [...] aumento do financiamento público para investimento de adoção de novas tecnologias por parte das empresas (OREIRO, 2016, p.150).

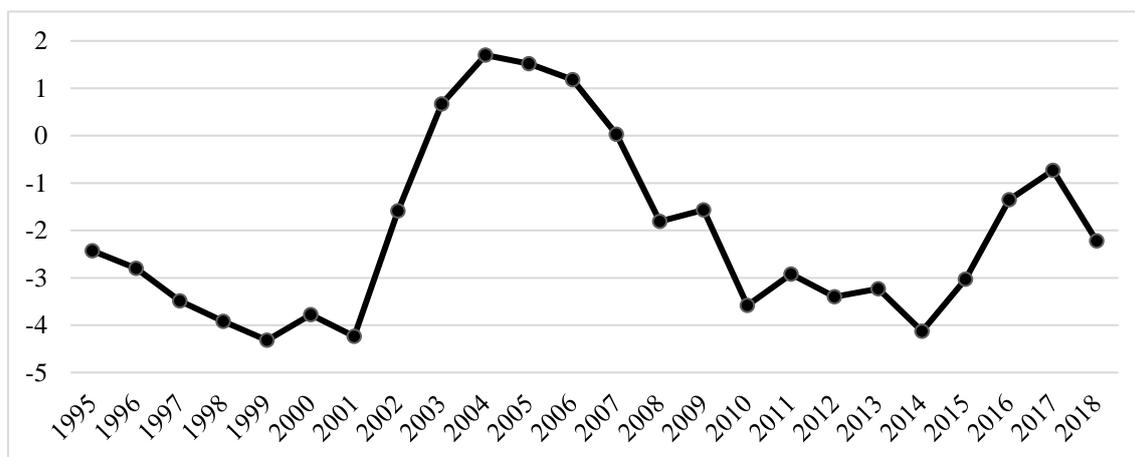
Através dos pontos elencados até aqui é possível constatar que os autores novo desenvolvimentistas condenam o desenvolvimento sustentado através de poupança externa. A ideia de os países desenvolvidos, ricos em capital, atuarem como uma espécie de credor, financiando os países em desenvolvimento, não passa de uma “armadilha”, segundo esta concepção. O

desenvolvimento e o crescimento econômico em um país como Brasil deve partir da formação de uma poupança interna, obtida através de um pequeno superávit em conta corrente:

O superávit em conta corrente deverá ficar entre 1 e 2% do PIB, que é necessário para garantir uma taxa de câmbio competitiva, ao nível do equilíbrio industrial e, portanto, tornar competitivas as empresas que usam tecnologia no estado de arte mundial (BRESSER-PEREIRA, 2018, p. 147).

Assim, dois graves problemas são sanados através da taxa de câmbio de equilíbrio industrial: a neutralização da doença holandesa e a diminuição da entrada excessiva de capitais via conta capital e financeira, que são necessárias para financiar os possíveis déficits em conta corrente. Através do **Gráfico 3** é possível observar os insistentes déficits em conta corrente apresentados pelo Brasil ao longo dos anos, o que corrobora, em partes, com o argumento novo desenvolvimentista:

Gráfico 3: Saldo em Transações correntes do Brasil (% PIB)



Fonte: BCB-DSTAT, Vários anos. Elaboração Própria.

No **Gráfico 3**, que apresenta o saldo das transações correntes como proporção do PIB do Brasil no período entre 1995 e 2018, é perceptível que somente em três anos o país apresentou um saldo positivo que condiz com a recomendação do novo desenvolvimentismo. Em todos os demais anos foram obtidos saldos negativos ou com um resultado positivo insuficiente para atender a recomendação. Esses resultados negativos frequentemente são financiados pela conta capital e financeira. Segundo a vertente novo desenvolvimentista, isto é prejudicial para o país, justamente porque o Banco Central se vê obrigado a financiar esses déficits mantendo uma alta taxa de juros para estimular a entrada de divisas que ocorre via conta capital e financeira.

Ao manter-se a taxa de câmbio em um nível que proporcione competitividade ao setor industrial, elimina-se o problema de déficit em conta corrente, possibilitando a diminuição da taxa juros, o que é fundamental, segundo a concepção desta vertente de pensamento. O **Quadro 1** tem a finalidade de sintetizar os principais pontos presentes no novo desenvolvimentismo:

Quadro 1: Síntese do Novo Desenvolvimentismo

PREÇOS MACROECONÔMICOS	RECOMENDAÇÕES DO NOVO DESENVOLVIMENTISMO
Fiscal	Um desenho fiscal que permita estabilizar a relação dívida pública PIB e possibilitar que o Estado invista 5% do PIB
Juros	O menor patamar possível, para auxiliar no controle fiscal, no entanto com possibilidade de alteração de acordo com o ciclo econômico
Câmbio	Superávit em conta corrente na ordem de 1 e 2% do PIB para possibilitar a permanência da taxa de câmbio no nível de equilíbrio industrial
Inflação	Baixa. Semelhante à dos países desenvolvidos
Salário	Deve crescer condicionado ao aumento de produtividade, facilitando a obtenção de lucro por parte dos empresários que estimule o investimento

Fonte: Bresser-Pereira, 2018, p. 146-147. Elaboração Própria.

A partir de um resumo de todos os pontos abordados até aqui, o Quadro 1 foi construído com o intuito de facilitar o entendimento dos principais pontos levantados pela teoria do novo desenvolvimentismo com o que é necessário para o Brasil enfrentar o baixo crescimento econômico, assim como o sério processo de desindustrialização vivido pelo país nas últimas décadas.

5. Uma análise crítica do Novo Desenvolvimentismo

Analisando os principais pontos colocados em evidência pelo novo desenvolvimentismo, é perceptível que esta concepção se apresenta com uma predominância de aspectos macroeconômicos, ou seja, o grande esforço ocorre na direção de traçar um plano para o governo ajustar as variáveis macroeconômicas, objetivando que a indústria tenha suas carências contempladas no médio e longo prazo. A atenção é especialmente voltada para a taxa de câmbio. Essa variável se mostra diretamente ligada tanto com a lucratividade do setor industrial quanto com a neutralização da doença holandesa, considerada uma falha de mercado.

Dentro da própria abordagem macroeconômica a defesa da busca pelo equilíbrio fiscal de médio prazo pode ser entendida como uma visão um pouco mais flexível da defesa da visão da sustentabilidade da dívida pública via austeridade fiscal. Porém, desde a crise internacional de 2008 (e a atual, em virtude dos impactos econômicos da Covid-19) observa-se crescimento acentuado da dívida pública das principais economias globais motivadas, principalmente, pelas políticas de *quantitative easy* promovida pelos Bancos Centrais das principais economias desenvolvidas.

Embora aborde questões chave no processo de desindustrialização vivido pelo Brasil, esta vertente carece de posicionamento em relação às variáveis microeconômicas, bem como das interações entre a macro e a micro. A indústria brasileira é marcada por uma forte heterogeneidade ao longo das cadeias produtivas; assim, analisar a indústria de transformação nacional essencialmente de maneira agregada pode trazer a possibilidade de constatações superficiais. Nessa mesma linha argumentam Sarti e Hiratuka (2018):

Algumas análises macroeconômicas heterodoxas e desenvolvimentistas adotam um tratamento excessivamente agregado da indústria e tratam os diferentes setores e produtos de forma relativamente homogênea, sem se aprofundar nas variadas dinâmicas produtivas e tecnológicas, nos diferentes padrões de concorrência das estruturas industriais e seus condicionantes: grau de concentração e de internacionalização produtiva e comercial, estrutura patrimonial, encadeamentos produtivos e tecnológicos etc (SARTI; HIRATUKA, 2018, p. 141).

As mais diversas especificidades podem ser constatadas em uma análise mais detalhada. Um câmbio desvalorizado contemplando a condição de equilíbrio industrial parece ser uma benesse para a indústria quando a ótica gira em torno deste setor de maneira generalizada. Porém, quando se observa a indústria brasileira nos últimos anos, é possível notar que diversos setores, especialmente os mais intensivos em tecnologia de ponta, são fortemente dependentes de insumos importados. Portanto, pelo menos no curto prazo, uma desvalorização cambial pura e simples significaria um aumento nos custos de produção para esses setores, haja vista que uma desvalorização cambial tende a aumentar os custos de produção em firmas que apresentam elevada necessidade de importação de insumos. Teixeira e Carvalho (2015, p. 547) argumentam que devido à alta dependência de importação de insumos, peças e acessórios em determinados setores da economia brasileira, uma desvalorização cambial acaba apresentando um trade-off significativo para as unidades industriais entre recompor suas margens de lucro ou ganhar maior competitividade após uma desvalorização do câmbio. Desta maneira os autores concluem que:

Nesse contexto, outras vias de aumento da competitividade poderiam complementar a desvalorização do câmbio [...] As políticas de aumento da produtividade do trabalho se apresentam, assim, como as melhores alternativas, com destaque para os investimentos em infraestrutura, as políticas de incentivo à inovação e as políticas industriais que promovam uma mudança estrutural em direção a setores com maior crescimento de produtividade (TEIXEIRA; CARVALHO, 2015, p. 559-560).



Marconi (2019, p. 22) observa que devido à apreciação cambial que perdurou desde 2006, ocorreu uma adequação na estrutura produtiva nacional. As unidades industriais desenharam um novo cenário marcado pelo aumento de insumos importados. Com isto em evidência, o autor também aponta que a desvalorização cambial, neste cenário, pode aumentar os custos de produção, reiterando a necessidade de “medidas complementares”, como uma política industrial e tarifária compensatória.

Outro ponto de grande importância neste tipo de análise é que como uma condição que perdura por cerca de quatro décadas, a desindustrialização brasileira se tornou um processo de alta complexidade. Assim, o processo não se apresenta de forma homogênea e evidencia sinais de que ele se desdobra em mais de um formato, isto é, a desindustrialização pode ser definida como um fenômeno que apresenta de várias faces, em que cada uma delas apresenta consequências distintas, como, por exemplo, ela pode acontecer via aumento da importação de insumos, de peças e acessórios industriais, mas pode acontecer também pela substituição do produto final nacional pelo importado. Outra face se desdobrou quando várias indústrias implementaram estratégias defensivas para manter certo nível de lucratividade (transferência de parte da produção para outro país com custo menor de mão de obra, por exemplo), o que trouxe, como consequência, uma espécie de involução da estrutura da indústria de transformação nacional à forma mercantil (SAMPAIO, 2015, p.84; FELIPE; COLOMBO; SAMPAIO, 2019, p. 18-19; COLOMBO, 2019, p. 85).¹²

Além disso, como exposto nesta concepção, o novo desenvolvimentismo se posiciona contrário às medidas protecionistas, como observa Oreiro (2016): “a fase de indústria infante já passou” (OREIRO, 2016, p.149). Não é novidade que os diversos planos visando a industrialização obtiveram relativo êxito em consolidar um parque industrial no país durante o período 1930-1980. Porém, desde a segunda metade da década de 1980, a indústria nacional encontrou diversas dificuldades para integrar os novos setores insurgentes advindos da terceira revolução industrial e mais recentemente da indústria 4.0. A partir disso, seria no mínimo razoável cogitar medidas de cunho protecionista que contemplassem setores não maduros, sendo principalmente os de maior intensidade tecnológica, com vias de garantir a transferência internacional de tecnologia. Caso contrário, as importações apresentam a tendência de dominar estes nichos.

Por fim, esta teoria trata da questão da inovação de maneira relativamente marginal, de modo que, embora o assunto seja abordado e dito como importante, não é observado um trato refinado, tal como faz com as variáveis macroeconômicas. Paira a ideia, que nos parece equivocada, de que um ambiente macroeconômico, por si só, seria suficiente para aumentar a taxa de inovação no país. O nível de competitividade da indústria está diretamente ligado à capacidade de inovação

¹² Para um maior nível de detalhes neste tipo de análise sobre a desindustrialização brasileira, ver também Sarti, Hiratuka (2018).



das unidades industriais, tanto nos moldes de produção quanto nos modelos de negócio e ele envolve outras tantas complexidades e incertezas para além do ambiente macroeconômico (FERRAZ, KUPFER E HAGUENAUER, 1995). Cabe frisar, que uma política de inovação e a própria dinâmica da inovação não se sustenta com base na lógica de otimização e de equilíbrio. Portanto, é um tema que requer centralidade, principalmente dentro do processo de desindustrialização vivido pelo Brasil, uma vez que a baixa capacidade de inovar se mostra justamente como uma das causas do processo.

Conclusão

Por meio deste artigo, buscou-se apresentar os principais pontos da teoria do novo desenvolvimentismo, assim como suas limitações para explicar e propor soluções para reverter o processo de desindustrialização brasileira. O conceito de doença holandesa e a alocação ideal dos cinco principais preços macroeconômicos, presentes na teoria, foram sintetizados com o intuito de apresentar quais são os principais objetivos buscados por esta vertente teórica.

Aqui, não negamos a necessidade de combater a especialização da produção nacional em commodities. No entanto, é necessário ressaltar que em alguns pontos de suma importância o novo desenvolvimentismo não apresenta um trato refinado como, por exemplo, uma análise que diferencie os setores dentro da indústria de transformação, haja vista que a indústria brasileira é marcada por forte heterogeneidade. O atraso tecnológico presente nos diversos setores industriais nacionais, assim como maneiras de superá-los, também não estão presentes nesta corrente teórica.

Regular os preços macroeconômicos sem dúvida é uma tarefa de extrema necessidade no combate a desindustrialização no Brasil; todavia, pode-se considerar como um importante passo na extensa maratona a ser enfrentada. A partir disso, abre-se espaço para que trabalhos futuros, dentro ou fora desta vertente teórica, busquem abranger um número maior de variáveis que dê cabo de explicar assim como propor soluções refinadas para um combate mais intenso ao processo de desindustrialização vivido pelo país.

Referências Bibliográficas

- BRESSER-PEREIRA, L.C. O segundo consenso de Washington e a quase-estagnação da economia brasileira", Revista de Economia Política, 2003, vol. 23 3.
- BRESSER-PEREIRA, L. C.; MARCONI, N. Doença Holandesa e Desindustrialização. Valor Econômico, 25 de novembro de 2009. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/Articles/2009/09.11.25.Doenca_holandesa_e_desindustrializacao.pdf> Acesso em: 07 janeiro 2020.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. A descoberta da inflação inercial. Revista de Economia Contemporânea, v.14, n.1, p. 167-192, 2010.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Doença holandesa e sua neutralização: uma abordagem ricardiana. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. (Organizador). Doença holandesa e indústria. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

BRESSER-PEREIRA, L.C.; MARCONI, N.; OREIRO, J.L. Doença holandesa.

Structuralist Development Macroeconomics, cap. 5, [2014], a ser publicado.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A Quase estagnação brasileira e sua explicação novo-desenvolvimentista. In: BARBOSA, N; MARCONI, N.; PINHEIRO, M.; CARVALHO, L. (Orgs.). Indústria e Desenvolvimento Produtivo No Brasil. 1ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015, v. 1, p. 101-120.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Em busca do Desenvolvimento Perdido. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018.

COLOMBO, A. O. DESINDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA EM PERSPECTIVA: LINHAS DE PENSAMENTO, FORMATOS E DINÂMICA SETORIAL. 2019. Dissertação (Mestrado em Teoria Econômica) – Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

FELIPE, E. S; COLOMBO, A. O.; SAMAPIO, D. P. "Desindustrialização Brasileira em Perspectiva: Uma Análise Empírica do Processo em Diferentes Níveis de Severidade", p. 307-315. In: Anais do IV Encontro Nacional de Economia Industrial e Inovação. São Paulo: Blucher, 2019.

FERRAZ, J. C.; KUPFER, D; HAGUENAUER, L. Made in Brazil: desafios competitivos para a indústria. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1995.

GALA, P. Complexidade Econômica: Uma nova perspectiva para entender a antiga questão da riqueza das nações. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2017. v. 1. 127 p.

HAUSMANN, R. et al. The Atlas of Economic Complexity: Mapping Paths to Prosperity. Puritan Press, 2011.

MARCONI, N. A TAXA DE CÂMBIO E O PROCESSO DE CRESCIMENTO ECONÔMICO EM PAÍSES DE RENDA MÉDIA. Revista do Conselho Federal de Economia – COFECON, Ano X - Nº 34 - Outubro a Dezembro de 2019, p. 18-24.

MORCEIRO, P. C. A indústria brasileira no limiar do século XXI: uma análise da sua evolução estrutural, comercial e tecnológica. Tese de Doutorado em Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade Economia do Desenvolvimento (USP). São Paulo, 2018.

NASSIF, A. O Brasil é um país fechado ou um país protegido? Valor econômico, 03 de maio de 2018. Disponível em: < <http://www.valor.com.br/opiniaio/5498695/o-brasil-e-um-pais-fechado-ou-um-pais-protegido>> Acesso em: 13 novembro 2018.

OREIRO, J. L. Macroeconomia do desenvolvimento: Uma perspectiva keynesiana. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. Revista de economia política, v. 30, n. 2, p. 118, abr./jun. 2010.

OREIRO, J. L. C.; MARCONI, Nelson. O Novo-desenvolvimentismo e seus Críticos. Cadernos do Desenvolvimento, v. 11, p. 167-179, 2016.

SAMPAIO, D. P. Desindustrialização e estruturas produtivas regionais no Brasil. 2015. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

SARTI, F.; HIRATUKA, C. Desempenho recente da indústria brasileira no contexto de mudanças estruturais domésticas e globais. In: CARNEIRO, R.; BALTAR, P.; SARTI, F. (Ed.). Para além da política econômica. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2018. p. 127-170.

TEIXEIRA, L.; CARVALHO, L. Câmbio e competitividade da industrial brasileira: uma análise de insumo-produto. In: BARBOSA, N; MARCONI, N.; PINHEIRO, M.; CARVALHO, L. (Orgs.). Indústria e Desenvolvimento Produtivo No Brasil. 1ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015, v. 1, p. 545-561.



VERÍSSIMO, M. P.; GOMES DA SILVA, C. Taxa de câmbio, preços de commodities e exportações de produtos básicos nas regiões brasileiras. Rev. Econ. NE, Fortaleza, v. 44, n. 3, p. 777-794, jul./set. 2013.